

# BJIR

Brazilian Journal of  
International Relations

ISSN: 2237-7743 | Edição Especial | volume 7 | edição nº 3 | 2018

*Hegemonia ou governança global  
compartilhada.  
O que a China pensa?*

Luís Antonio Paulino

 Igepri  
Instituto de Gestão Pública e  
Relações Internacionais

 unesp  
Universidade Estadual Paulista  
"Júlio de Mesquita Filho"

A Brazilian Journal Of International Relations (BJIR) está indexada no International Political Science Abstracts (IPSA),  
EBSCO Publishing e Latindex

## **HEGEMONIA OU GOVERNANÇA GLOBAL COMPARTILHADA. O QUE A CHINA PENSA?**

*Luís Antonio Paulino<sup>1</sup>*

**Resumo:** Frente à experiência histórica do Ocidente, na qual o ciclo de hegemonia, competição, guerra e nova hegemonia tem se repetido desde que o Tratado de Vestfália, em 1648, criou o atual sistema de estados-nação independentes, a ascensão recente da China à condição de grande potência e o concomitante declínio do “*soft power*” e do “*hard power*” dos Estados Unidos tem levado muitos a prever um inevitável confronto entre os dois países na disputa pela hegemonia mundial. Mesmo nos Estados Unidos, a preocupação de que a China possa vir a tomar seu lugar como potência hegemônica global tem gerado reações fortes, com a China sendo apresentada para a opinião pública como o inimigo a ser contido e derrotado. Os chineses, por seu turno, alegam que a lógica poder-hegemonia está baseada na experiência histórica dos países ocidentais e que a mesma não se aplica ao caso da China. Afirmam que não é da natureza da China buscar a hegemonia, que a China pode alcançar o desenvolvimento sem buscar a hegemonia e que a busca da hegemonia seria um convite para sua própria destruição. Para os chineses, o atual sistema de governança global pelo Ocidente está em desacordo com o atual balanço de poder mundial e, por isso, advogam um novo modelo de governança compartilhada entre o Ocidente e o Oriente.

**Palavras-chave:** China, Estados Unidos, Hegemonia

### **HEGEMONY OR SHARED GOVERNANCE. WHAT CHINA THINKS?**

**Abstract:** In the face of Western historical experience in which the cycle of hegemony, competition, war and new hegemony has been repeated since the Treaty of Westphalia in 1648 created the present system of independent nation-states, China's recent rise to the condition of great power and the concomitant decline of soft power and hard power in the United States has led many to foresee an inevitable confrontation between the two countries in the struggle for world hegemony. Even in the United States, concern that China may take its place as a global hegemonic power has generated strong reactions, with China being presented to public opinion

---

<sup>1</sup> Luís Antonio Paulino é doutor em Teoria Econômica pela Unicamp e professor livre-docente em Economia Chinesa Contemporânea na Faculdade de Filosofia e Ciências (FFC) da Unesp/Campus de Marília. Atualmente exerce a função de diretor do Instituto Confúcio na Unesp e é membro honorário do Conselho da Matriz do Instituto Confúcio, em Pequim. E-mail: luis.paulino@unesp.br

as the enemy to be restrained and defeated. The Chinese, for their part, claim that the logic of power-hegemony is based on the historical experience of Western countries and that it does not apply to the case of China. They assert that it is not China's nature to seek hegemony, that China can achieve development without seeking hegemony and that the pursuit of hegemony would be an invitation to its own destruction. For the Chinese, the current system of global governance by the West is at odds with the current balance of world power and therefore advocate a new model of shared governance between the West and the East.

**Keywords:** China, United States, Hegemony

## I. Introdução

Não são apenas as mudanças climáticas que estão aumentando a temperatura global. O clima político também está esquentando, muito em função do atrito entre duas grandes potências: Estados Unidos e China. Enquanto a China luta para juntar-se definitivamente ao bloco dos países desenvolvidos em meados do século, os Estados Unidos, temendo perder seu lugar como potência hegemônica global, faz de tudo para dificultar o avanço chinês. O lance mais recente desse movimento é a guerra comercial que os Estados Unidos declaram contra a China, sob o argumento de que ela estaria utilizando medidas desleais de comércio, como subsídios às suas empresas estatais, manipulação da moeda e roubo de propriedade intelectual de empresas americanas com o objetivo de prejudicar os Estados Unidos e suas empresas.

Embora a Organização Mundial do Comércio (OMC) disponha dos mecanismos necessários para coibir qualquer ação desleal de comércio de seus 164 membros, os Estados Unidos estão agindo de forma unilateral, lançado mão, inclusive, da seção 301 de sua Lei de Comércio de 1974, a qual nem poderia mais ser invocada a partir do momento em que os Estados Unidos aderiram à OMC, para dificultar o progresso da China. Alegam que as regras da OMC favorecem a China e prejudicam os Estados Unidos. Mas não dizem que essas regras e suas exceções, como a que considera legais os subsídios para atividades de pesquisa e desenvolvimento, foram criadas por eles próprios para subsidiar suas empresas de tecnologia sem precisar submeter sua política de subsídios ao escrutínio de nenhum organismo internacional. Só não imaginavam que a China seria capaz de tão rapidamente fazer uso desses mesmos instrumentos para acelerar seu próprio desenvolvimento. Urge mudar as regras.

Os Estados Unidos mantêm enormes déficits comerciais com a China. Isso só é possível porque produzem os dólares que a China aceita em troca das mercadorias que envia para os consumidores americanos. Pelo menos enquanto a China e o mundo continuarem a aceitar os dólares americanos como meio de pagamento, o déficit comercial não se constitui em grande problema para os Estados Unidos.

Sem dúvida os empresários americanos ficarão felizes em poder exportar mais US\$ 200 bilhões para a China, como quer Trump, caso os chineses aceitem abrir mais o seu mercado para mercadorias americanas. Mas para os estrategistas americanos, a questão vai muito além do comércio. Conforme se observa nas duas primeiras listas de produtos chineses penalizados com tarifas, em junho de 2018, o principal alvo são produtos de tecnologia avançada. A primeira

lista<sup>2</sup> de produtos inclui itens como helicópteros, naves espaciais e escavadeiras autopropulsionadas. A segunda lista<sup>3</sup> contém produtos químicos, maquinaria e produtos siderúrgicos. Produtos de baixo valor agregado, como as bandeirolas da campanha de reeleição de Trump para 2020, continuarão a ser produzidas na China<sup>4</sup>. De acordo com Reinsch e al. (2018):

O fio comum entre as duas listas é que elas cobrem muitos produtos ou componentes de fabricação de alta tecnologia. Marcapassos e eletrocardiógrafos, por exemplo, aparecem na primeira lista. No geral, ambas as listas visam os setores manufatureiros chineses que se beneficiam do programa "Made in China 2025" da China. Made in China 2025 é o plano industrial do governo chinês para desenvolver ainda mais a economia chinesa e transformar a China em uma líder global em campos de alta tecnologia, como robótica, aviação e veículos eletrônicos. O objetivo é que, até 2025, 70% dos componentes principais desses campos de alto valor sejam produzidos internamente na China. Os Estados Unidos e outras economias avançadas estão alarmados com o que veem como a China tentando substituí-los e usurpá-los nesses setores, em vez de complementá-los (REINSCH et. A., 2018, *tradução nossa*).

É preciso barrar o progresso da China para que ela não ameace a hegemonia americana. Mas enquanto os Estados Unidos se pintam para a guerra, deveriam ao menos perguntar: a China realmente almeja tornar-se a nova potência hegemônica global? A China deseja substituir o sistema de governança global centrado nos Estados Unidos, por um outro centrado nela própria ou prefere um sistema de governança compartilhada?

Para refletir sobre estas questões, este artigo está organizado em cinco partes, além desta introdução. Na parte II, iremos discutir as origens e principais características da política externa da China. Na parte III, discutiremos a proposta chinesa de desenvolvimento pacífico como contraponto às políticas de poder. Na parte IV, discutiremos os principais obstáculos e desafios que a China hoje enfrenta em seu caminho de desenvolvimento pacífico e, na parte V, concluiremos com uma reflexão a respeito de que ordem global de fato interessa à China.

---

<sup>2</sup> <<https://ustr.gov/sites/default/files/enforcement/301Investigations/List%201.pdf>>

<sup>3</sup> <<https://ustr.gov/sites/default/files/enforcement/301Investigations/List%202.pdf>>

<sup>4</sup> Segundo reportagem publicada no Jornal China Daily (31/8/2018, p.1), "As bandeiras com os slogans de campanha "Trump 2020" e "Keep America Great" estão sendo produzidos em seis ou sete fábricas na China, com centenas de milhares de bandeiras encomendadas, de acordo com os fabricantes. Keqiao Jiahao Arts & Crafts Co, em Shaoxing, província de Zhejiang, recebeu a maior encomenda – 90.000 bandeiras" (ZHU, 2018, *tradução nossa*).

## II. Principais características da política externa da China

Ciente de quanto as inúmeras agressões sofridas em sua história recente limitaram seu desenvolvimento, a República Popular da China sempre deu ênfase à paz como elemento central para a continuidade de seu desenvolvimento, o respeito à soberania nacional como princípio básico de seu relacionamento com o resto do mundo, e a defesa da integridade de seu território como principal objetivo.

Tal visão de política externa foi estabelecida logo nos primeiros anos de fundação da Nova China, e consubstanciada nos chamados “Cinco Princípios de Coexistência Pacífica”. Esses princípios foram propostos pela primeira vez pelo primeiro-ministro chinês Zhou Enlai, em 1953, por ocasião da visita de uma delegação indiana a Pequim para discutir o relacionamento dos dois países em questões concernentes à região chinesa do Tibete. Na ocasião, Zhou Enlai afirmou aos convidados indianos que:

Imediatamente depois do seu nascimento, a China estabeleceu seus princípios para tratar de suas relações com a Índia, nomeadamente o **mútuo respeito à integridade territorial, a mútua não agressão, a não interferência em negócios internos de cada país, igualdade e relação pacífica de coexistência mutuamente benéficas** (ONUNAIJU, 2016, p. 158, grifo nosso, tradução nossa).

Com a concordância indiana, os cinco princípios foram inscritos no preâmbulo do “Acordo entre a República Popular da China e a República da Índia sobre comércio e intercâmbio entre a região chinesa do Tibete e a Índia” e, alguns anos depois, incorporados aos dez princípios sobre relações internacionais adotados no comunicado final da Conferência de Bandung, em 1955, “gradualmente inscrevendo os cinco princípios na prática da diplomacia internacional” (ONUNAIJU, 2016, p. 158, tradução nossa).

Posteriormente, outros comunicados e acordos, como o Comunicado de Xangai (Comunicado Conjunto entre a República Popular da China e os Estados Unidos da América), de 1972, e o Tratado de Paz e Amizade Sino-Japonês, assinado em 1978, também incorporaram os “Cinco Princípios” como orientadores das relações bilaterais da China. Em conversa com o presidente U San Yu, de Mianmar, em 1984, Deng Xiaoping expressou-se nos seguintes termos sobre os cinco princípios de coexistência pacífica:

Os Cinco Princípios de Coexistência Pacífica fornecem o melhor caminho para manejar as relações entre as nações. Outros caminhos – pensar em termos de “comunidade socialista”, “blocos políticos” ou “esferas de influência”, por exemplo – levam a conflitos, elevando as tensões internacionais. Olhando para a história das relações internacionais, nós achamos que os Cinco Princípios de Coexistência Pacífica têm potencialmente larga aplicação. (DENG, v. III, 1995, p. 102, tradução nossa).

A defesa da soberania e da integridade territorial tem sido, ao longo dos anos, o princípio fundamental da política externa chinesa. No discurso de abertura do 12º Congresso Nacional do PCC, em setembro de 1982, Deng Xiaoping reafirmou essa orientação:

Os assuntos da China devem ser executados de acordo com as condições específicas da China e pelo próprio povo chinês. Independência e autossuficiência sempre foram e sempre serão a sua base. Enquanto os chineses valorizam a sua amizade e cooperação com outros países e outros povos, valorizam ainda mais a sua independência e direitos soberanos. Nenhum país estrangeiro deve esperar que a China seja seu vassalo ou vá aceitar qualquer coisa que seja prejudicial aos próprios interesses (DENG, v. III, 1995, p. 13, tradução nossa).

Esta última frase vem sendo repetida reiteradamente pelas novas gerações de dirigentes chineses, mesmo que em outros termos. O presidente Xi Jinping, em discurso na 3ª Sessão de Estudo Coletivo do Birô Político do 18º Comitê Central do PCC, em 28 de janeiro de 2013, manifestou-se quase nos mesmos termos: “Nenhum país estrangeiro deve esperar que engulamos os frutos amargos que prejudiquem nossa soberania, segurança e interesses de desenvolvimento” (XI, 2014, p. 301). Segundo Onunaiju (2016), a política externa independente da China inclui os seguintes aspectos:

A China é um país multinacional unificado, e realizar a unidade nacional e manter a integridade territorial são a premissa para a independência e uma manifestação importante da sua política externa independente. A China jamais tolerará nenhum ato lesivo a sua unidade nacional, integridade territorial e dignidade nacional. Em um ambiente nacional e internacional complexo, opor-se a ameaças à unidade nacional de “Independência de Taiwan”, “Movimento Islâmico do Turquestão do Leste”, “Independência do Tibete” e outras forças separatistas é uma premissa e tarefa fundamental da política externa chinesa independente. A soberania é um atributo fundamental e símbolo dos estados-nação, e Pequim sustenta que países soberanos têm o direito de escolher seu próprio sistema social, estabelecer independentemente sua política interna e externa e escolher seu próprio caminho de desenvolvimento nacional sem interferência externa. Do mesmo modo, com relação aos negócios internacionais a China tem em alta conta o direito de cada povo escolher seu próprio caminho de desenvolvimento, não interfere em negócios internos de outros países, não impõe sua vontade aos outros, nem permite que outros países se imiscuem em seus negócios internos. (ONUNAIJU, 2016, p. 168, tradução nossa)

Neste início de século, a China vem sendo pressionada pelas potências ocidentais a modificar sua política externa baseada nos Cinco Princípios de Coexistência Pacífica em favor de um novo princípio adotado pela ONU que é o da “responsabilidade de proteger”. O termo foi proposto em relatório submetido à ONU pela Comissão Internacional de Intervenção e Soberania do Estado do Canadá, em 2001, para substituir o controverso conceito de



“intervenção humanitária”, e foi inserido no comunicado de 2005 da Cúpula Mundial do 60º aniversário de criação das Nações Unidas. Segundo Huang e Luan (2013):

Estudiosos ocidentais que advogam a “responsabilidade de proteger” alegam que, onde certa comunidade está sofrendo sérios danos devido a guerra civil, insurreição, supressão ou mal funcionamento do Estado, e este não quer ou não pode reparar a situação, o princípio da não interferência deve dar lugar à responsabilidade de proteger por parte da comunidade internacional (HUANG; LUAN, 2013, p. 346, tradução nossa).

Na opinião dos chineses, o princípio da “responsabilidade de proteger”, apesar de seu aparente elevado apelo moral, tem sido utilizado para o exercício da hegemonia, da política do poder e do neointervencionismo, sob a desculpa de intervenção humanitária. Para eles, é incorreto achar que a “responsabilidade de proteger” pode ser usada como uma licença para realizar intervenções arbitrárias em outros países onde eventualmente existam desastres humanitários. Lembram que a primeira intervenção realizada com autorização da ONU com base no princípio da responsabilidade de proteger foi a intervenção da OTAN na Líbia, em 2011, e que os ataques aéreos da França e Inglaterra causaram um grande número de mortes de civis. A derrubada e o assassinato de Muammar al-Gaddafi, ex-primeiro-ministro da Líbia, transformou o que era o país africano com segundo melhor Índice de Desenvolvimento Humano da África e o quinto maior PIB per capita do continente – atrás apenas da Guiné Equatorial, da República das Seicheles, do Gabão e de Botsuana – em uma terra de ninguém, nas mãos de grupos tribais e religiosos fanáticos, como o Boko Haram, aí, sim, gerando um desastre humanitário de grandes proporções.

O relatório do 18º Congresso do PCC, realizado em 2012, utilizou o termo “quatro oposições”: a China se opõe ao recurso desnecessário da força ou da ameaça de uso da força; opõe-se a qualquer tentativa externa de subverter um governo legítimo de outro país; opõe-se ao terrorismo em todas as suas manifestações e à hegemonia e à política do poder em todas as suas formas (HUANG; LUAN, 2013, p. 344). Pouco antes, em setembro de 2011, o Departamento de Comunicação do Conselho de Estado da China divulgou o *Livro Branco sobre o Desenvolvimento Pacífico da China*, no qual o governo chinês procura comunicar ao mundo as principais orientações de sua política externa para a fase atual de desenvolvimento da China.

No *Livro Branco sobre o Desenvolvimento Pacífico da China*, o governo chinês reitera que o desenvolvimento pacífico é a escolha estratégica do país para realizar a modernização, tornar-se forte e próspero, e contribuir para a paz mundial e o progresso da humanidade. O documento delineia um roteiro completo do desenvolvimento futuro da China, e estabelece um compromisso solene de que a China vai continuar a seguir o caminho do desenvolvimento



científico, independente, aberto, pacífico, colaborador e conjunto com os demais países do mundo.

### **III. O caminho do desenvolvimento pacífico como contraponto às políticas de poder**

A ascensão e queda das grandes potências tem sido um fato recorrente na história. Roma, Portugal, Espanha, Holanda, Inglaterra, França, Áustria-Hungria, Alemanha, Japão, Rússia formaram grande impérios, e nenhum deles sobreviveu ao peso de suas próprias contradições e, sobretudo, à competição de novos desafiantes. O ciclo de hegemonia, competição, guerra, e nova hegemonia tem se repetido desde que o Tratado de Vestefália, em 1648, criou o atual sistema de estados-nação independentes. Os jogadores mudam, mas o jogo é sempre o mesmo. “Sistemas multipolares que contêm um estado especialmente poderoso – em outras palavras, um potencial hegemônico – são especialmente propensos à guerra” (MEARSHEIMER, 2001, p. 123)

No século XX, os Estados Unidos despontaram, ao final da Segunda Guerra Mundial, como a potência hegemônica do Ocidente. Durante quase cinquenta anos disputaram a hegemonia mundial com a URSS, engalfinhados na Guerra Fria, mas com diversos “pontos quentes” pelo mundo. Com o fim da URSS, em 1991, os Estados Unidos emergiram como única superpotência mundial e, aproveitando-se dessa situação, tentaram criar um mundo unipolar no qual pudessem ditar as regras. Muitos, nos Estados Unidos, falavam do século XXI, como o “Novo Século Americano”<sup>5</sup>.

Mas um fato novo veio perturbar essa nova ordem aparentemente bem estabelecida. Foi a ascensão chinesa. Longe ainda de se igualar aos Estados Unidos em força econômica, militar, cultural e tecnológica, a China, assentada em um território maior que o americano e com uma população cinco vezes maior, bem educada e empreendedora, já é o segundo PIB do planeta, o maior exportador mundial de manufaturas. A China sozinha já responde por 14% do PIB global, e os Estados Unidos, por 19%. De acordo com o FMI, o PIB da China, em 2018, será 69% do PIB dos Estados Unidos, crescendo para 88% nos próximos cinco anos (The Economist, 21/07/2018). Mantido o ritmo de crescimento do PIB em torno de 6,5% anuais, em poucos anos

---

<sup>5</sup> O Projeto para o Novo Século Americano era uma organização sem fins lucrativos cujas proposições básicas eram as seguintes: a liderança americana é boa tanto para os Estados Unidos quanto para o mundo; essa liderança requer força militar, energia diplomática e compromisso com princípios morais. Criada por William Kristol e Robert Kagan, tinha entre seus fundadores dez pessoas que fizeram parte da administração de George W. Bush, incluindo Dick Cheney, Donald Rumsfeld e Paul Wolfowitz. Foi substituído, em 2009, por um novo “think-tank”: Foreign Policy Initiative, fundado pelo mesmo William Kristol (WIKIPÉDIA, 2017).

a China ultrapassará os Estados Unidos. E aí vem a pergunta: veremos a roda da história dar uma nova volta e parar no mesmo ponto? Será que a China vai desafiar os Estados Unidos e disputar a hegemonia global? Será que vai querer impor sua vontade aos vizinhos em nível regional? Um conflito sino-americano é inevitável?

A China tem procurado fugir da lógica poder-hegemonia nas relações internacionais baseada no entendimento de que tal lógica se aplicava ao passado, mas não é mais aplicável no presente (na era da globalização), e que no caso da China, tal lógica nunca se aplicou, uma vez que se trata de um conceito inteiramente baseado na experiência ocidental.

A lógica poder-hegemonia é, em larga medida, uma conclusão tirada com base na experiência histórica dos países ocidentais. [...] A lógica do poder-hegemonia pode ter sido aplicada no passado, mas não é aplicável no presente, e de forma alguma aplicável para a China. Esta é uma era da globalização. A característica mais importante desta era é o crescimento das conexões globais entre os países, que coexistem, se integram e partilham interesses comuns. [...] Em um mundo de questões globais e desafios comuns para toda a humanidade, os países podem sobreviver apenas por meio da cooperação voltada para objetivos comuns com base na coexistência pacífica. A multipolarização e a globalização econômica estão em um crescente, trazendo novas oportunidades para a paz e o desenvolvimento mundial. Essa situação representa um sólido fundamento para a coexistência harmoniosa entre países, para o desenvolvimento harmonioso da economia global e para o progresso harmonioso de diversas civilizações. (HUANG; LUAN, 2013, p. 286, tradução nossa).

A estratégia do desenvolvimento pacífico não é para a China, em sua atual fase de desenvolvimento, apenas um expediente de ocasião, para dissimular sua força e mostrar as garras no momento apropriado. A estratégia do desenvolvimento pacífico corresponde aos seus próprios interesses, na medida em que a China tem sido uma das principais beneficiárias do processo de globalização da economia mundial, e é condizente com sua experiência histórica.

A China nunca foi um estado belicista com vocação imperialista. Mesmo quando atacou, como foi o caso do Vietnã<sup>6</sup>, em 1979, e da Índia<sup>7</sup> (1962) foi para defender-se. Segundo Huang e Luan (2013, p. 288), os fatores que têm levado a China a adotar o desenvolvimento pacífico como estratégia são os seguintes:

1. Não é da natureza da China buscar a hegemonia.
2. O sistema da China não permite que ela busque a hegemonia.

---

<sup>6</sup> A sempre lembrada Guerra Sino-Vietnamita, em 1979, foi um episódio breve, em que a China reagiu às provocações da ex-URSS, que tentava desestabilizar o entorno do país e patrocinou a invasão do Camboja pelos vietnamitas.

<sup>7</sup> A China e a Índia possuem dois mil quilômetros de fronteira comum, e as áreas em disputa correspondem a cerca de 125 mil km<sup>2</sup>. A origem dessa disputa é a chamada Linha McMahon, traçada pela Inglaterra, em 1914, designando arbitrariamente como território indiano a parte sul do Tibet. A Índia denominou a área de litígio de Arunachal Pradesh, mas a China jamais reconheceu a legitimidade dessa linha e muito menos o Pradesh.

3. A busca da hegemonia é um convite para a própria destruição.
4. A China pode alcançar o desenvolvimento sem buscar a hegemonia.

Discutamos brevemente esses argumentos:

### **1. Por que não é da natureza da China buscar a hegemonia?**

Huang e Luan (2013, p. 288) apontam, em primeiro lugar, um traço cultural da civilização chinesa. O fato de a China nunca ter tido uma religião fez com que não existisse um impulso religioso para a expansão externa. Mesmo o taoísmo, que poderia ser considerado uma forma de religião, e que teve grande influência na cultura chinesa durante séculos, enfatiza a serenidade, a não ação, o vazio, a moderação dos desejos, a contemplação da natureza. “A China é uma nação que ama a paz” é um mantra que vem sendo repetido por diversas gerações de dirigentes chineses (XI, 2014, p. 320; p. 331).

De fato, se o passado pode servir de guia para indicar alguma tendência futura, é preciso reconhecer que a China nunca foi um país belicista. Sua classe dirigente, durante séculos, foram os mandarins, gente que estudava Confúcio e usava a pena, não a espada. Mesmo a teoria militar chinesa – cuja referência teórica mais popular no Ocidente são os escritos sobre a guerra de Sun Tzu, general e conselheiro militar chinês que teria vivido por volta do ano 500 a.C. enfatiza a ideia de que a melhor vitória é aquela que advém das batalhas que se consegue evitar. Ao comentar o tema Kissinger afirma:

Enquanto os estrategistas ocidentais refletem sobre os meios de reunir poder superior no ponto decisivo, Sun Tzu aborda os modos de construir uma posição política e psicológica dominante, de tal modo que o desfecho de um conflito se torne um resultado já imediatamente previsível. Estrategistas ocidentais testam suas máximas pelas vitórias em batalhas; Sun Tzu, pelas vitórias em que as batalhas se tornam desnecessárias (KISSINGER, 2011, P. 42).

Não que a China nunca se envolvido em conflitos. Mas não há registro de qualquer ação militar de caráter imperialista por parte da China com o propósito de estabelecer colônias estrangeiras, como fizeram os países da Europa, os Estados Unidos e o Japão na América Latina, na África, e na Ásia. Os mais céticos poderiam argumentar que, em 1951, a China retomou pela força o controle do Tibete. Mas o fato é que o Tibete já fazia parte do território chinês há séculos – durante toda a dinastia Qing (1644-1912), a administração tibetana esteve sob controle do Império chinês – e a independência do Tibete, em 1913, não foi reconhecida pela China e nem recebeu reconhecimento diplomático internacional. A própria ONU nunca questionou a soberania da China sobre o Tibete. Além disso, em política externa é sempre

preciso considerar as capacidades e não as intenções, pois as intenções mudam, mas as capacidades ficam.

Se a China não controlasse o Tibete sempre seria possível que a Índia tentasse fazê-lo. Isso lhe daria as alturas dominantes do planalto do Tibete e uma base a partir da qual avançar para a área central da China, bem como o controle das fontes tibetanas de três grandes rios da China, o Amarelo, o Yangtze e o Mekong, razão pela qual o Tibete é conhecido como “Torre de Água da China”. A China, país com aproximadamente o mesmo volume de consumo de água que os Estados Unidos, mas com uma população cinco vezes maior, claramente não permitirá isso (MARSHALL, 2009, p.56)

No período dinástico, a China foi invadida diversas vezes por povos estrangeiros: os mongóis, no século XIII, e os manchus, no século XVII, que formaram duas dinastias – Yuan (1271-1368) e Qing (1644-1912). No século XIX, no ocaso da dinastia Qing, a China sofreu as primeiras agressões das potências imperialistas ocidentais: as duas Guerras do Ópio (1839-1842; 1856-1860) e Guerra Sino-Japonesa (1894-1895). Já no período republicano, iniciado em 1911, sofreu a segunda invasão japonesa (1937-1945). Mesmo a sempre lembrada Guerra Sino-Vietnamita, em 1979, foi um episódio breve, em que a China reagiu às provocações da antiga URSS, que tentava desestabilizar o entorno do país e patrocinou a invasão do Camboja pelos vietnamitas.

Os atuais limites territoriais da China correspondem, aproximadamente, àqueles estabelecidos no início da dinastia Qing, em 1644. A China não teve e não tem ambições expansionistas. Atingiu sua maior extensão durante o século XVIII, quando a área total de seus territórios alcançava 13 milhões de km<sup>2</sup> e incluía a Mongólia. Hoje, são 9,6 milhões de km<sup>2</sup>. Historicamente, a China tem se limitado a defender a sua integridade territorial contra movimentos de caráter separatista, como no caso de Taiwan, do Tibete, do chamado “Turquestão do Leste”, na província de Xinjiang, e de agressões externas, como as invasões japonesas em 1895 e 1937.

## **2. Por que o sistema da China não permite que ela busque a hegemonia?**

A China é um país em desenvolvimento ou, como definem os chineses, “um país na fase inicial do socialismo”<sup>8</sup>. Segundo Huang e Luan (2013, p. 289, tradução nossa), “a natureza do sistema requer que a China tome o caminho do desenvolvimento pacífico”. De acordo com os

---

<sup>8</sup> Segundo Xi (2014, p.23), “A fase inicial do socialismo refere-se a uma fase histórica especial da sociedade socialista da China, particularmente àquela em que o país se livra de forma gradual do estado subdesenvolvido e realiza basicamente a modernização socialista. Essa fase vai durar pelo menos cem anos desde a conclusão básica – nos anos 1950 – da transformação socialista da propriedade privada dos meios de produção até a concretização básica da modernização socialista”.

autores, as sucessivas gerações de líderes do PCC têm seguido a política nacional básica de “nunca procurar a hegemonia e se engajar em atividades expansionistas”.

De fato, se fizermos um breve levantamento das manifestações dos principais dirigentes chineses sobre o tema de 1978 para cá, podemos verificar que a oposição ao hegemonismo e a questão da paz têm sido pontos centrais da política externa chinesa. O raciocínio é que a China, como país em desenvolvimento, só teria a perder com o hegemonismo e a política de poder das grandes potências, mesmo num futuro longínquo, quando já tivesse se tornado um país desenvolvido.

No dia 7 de maio de 1978, dirigindo-se a uma delegação do governo da República Democrática de Madagascar, Deng Xiaoping afirmou:

A China é ainda um país pobre, e é, portanto, um país do Terceiro Mundo no real sentido da expressão. A questão é se vai ou não praticar a hegemonia quando se tornar mais desenvolvida no futuro. Meus amigos, vocês são mais jovens que eu, assim poderão ver por si mesmos o que acontecerá naquela época. Se permanecer um país socialista, a China não praticará a hegemonia e ainda vai pertencer ao Terceiro Mundo. No entanto, se a China se tornasse arrogante, agindo como um chefe supremo e dando ordens para o mundo, não seria mais considerada um país do Terceiro Mundo. Na verdade, deixaria de ser um país socialista (DENG, v. II, 1995, p. 123, tradução nossa).

Em 21 de agosto de 1982, Deng Xiaoping, em conversa com o secretário-geral da ONU, Javier Perez de Cuellar, voltou a bater na mesma tecla:

A política externa da China é consistente, e pode ser resumida em três frases. Primeiro, nós nos opomos ao hegemonismo. Segundo, defendemos a paz mundial. Terceiro, estamos ávidos para fortalecer a unidade e a cooperação – ou, dizendo de outro modo, a “união e a cooperação” – com outros países do Terceiro Mundo. A razão por que dou especial ênfase ao Terceiro Mundo é que a oposição ao hegemonismo e a salvaguarda da paz são de especial significância para o Terceiro Mundo. Quem são as vítimas do hegemonismo? [...] Se a paz mundial é quebrada, quem vão ser as primeiras vítimas? Realmente não tem havido paz desde o fim da Segunda Guerra Mundial. Embora grandes guerras não tenham mais ocorrido, as menores têm continuado. E onde essas guerras menores são travadas? No Terceiro Mundo! (DENG, v. II, 1995, p. 40. tradução nossa).

Novamente, em 29 de maio de 1984, Deng Xiaoping, em conversa com o presidente do Brasil, João Batista de Oliveira Figueiredo, voltou a destacar o fato da China pertencer ao Terceiro Mundo e se opor à hegemonia:

A política externa da China pode ser resumida em duas sentenças. Primeiro, para salvaguardar a paz no mundo, somos contra a hegemonia. Segundo a China sempre será parte do Terceiro Mundo. Ela pertence ao Terceiro Mundo hoje, e continuará a pertencer mesmo quando for próspera e poderosa, porque partilha o destino comum com todos os países do Terceiro Mundo. A China jamais procurará a hegemonia ou ameaçará alguém, mas sempre estará ao lado do Terceiro Mundo (DENG, v. III, 1995, p. 66, tradução nossa).

Em 4 de abril de 1986, em conversa com Rodovan Vljakovic, presidente da Iugoslávia, Deng Xiaoping destacou que não era da natureza de um país socialista a busca da hegemonia, e que a China necessitava manter o caminho do socialismo.

Manter o socialismo é de vital importância para a China. Se o país, com um bilhão de habitantes, tomasse o caminho do capitalismo, seria um desastre para o mundo. Seria um retrocesso na história, um retrocesso de muitos anos. Se, com um bilhão de habitantes, abandonasse a política de paz e oposição ao hegemonismo, ou se, com economia desenvolvida, procurasse a hegemonia, isso seria um desastre para o mundo, um retrocesso na história. (DENG, v. III, 1995, p. 160, tradução nossa).

Doze anos depois, em 28 de agosto de 1998, Jiang Zemin – sucessor de Deng Xiaoping, que havia morrido, em 1996, aos 94 anos – propõe, em discurso no 9º Encontro dos Diplomatas Chineses Ocupando Postos no Exterior, que diante da nova conjuntura internacional que se estabelecera com o fim da URSS e a emergência dos Estados Unidos como única superpotência, a China deveria manter-se fiel ao pensamento de Deng Xiaoping e inabalavelmente perseguir uma política externa independente e de paz. Sugere que naquele momento era necessário iniciar uma nova fase no trabalho diplomático com o objetivo de criar um ambiente internacional e na vizinhança da China propício para que o país pudesse alcançar seu objetivo estratégico de realizar a modernização socialista. Ao falar sobre como proceder nessa nova fase, ele destaca a necessidade de a China de agir com modéstia, calma, cautela, e de forma cooperativa.

Primeiro, nós precisamos, por um longo período, aderir à estratégia de observar calmamente, responder friamente, nunca reivindicar a liderança, e dar nossas contribuições. Nós precisamos esconder nossas capacidades e esperar o nosso tempo, preservar-nos e desenvolver gradualmente. As condições nacionais da China e o balanço internacional de poder determinam que devemos seguir esse curso. Em questões que afetam diretamente nossa soberania, seguridade e interesses, os legítimos direitos e interesses dos países em desenvolvimento, a paz mundial, a estabilidade regional, e a criação de nova, justa, e equitativa ordem política e econômica internacional, nós devemos sustentar inequivocamente nossos princípios, dar passos altamente efetivos e lutar quando for necessário. À medida que a nossa posição internacional melhora, nós vamos assumir maiores responsabilidades internacionais, e a comunidade internacional (especialmente os países em desenvolvimento) espera que assim o façamos. Como o maior país em desenvolvimento do mundo, nós deveríamos desempenhar integralmente nosso papel. Nunca reivindicar a liderança e dar algumas contribuições constituem uma unidade dialética, e a chave é ser bom para aproveitar a situação e agarrar as oportunidades (JIANG, 2010, v. II, p. 197-198, tradução nossa).

Na mesma linha, em discurso realizado em visita à Tailândia em 3 de setembro de 1999, Jiang Zemin volta a enfatizar as mudanças na conjuntura internacional e a manifestar preocupação com a evolução da situação internacional sob a hegemonia americana.

No momento, a situação internacional está passando por mudanças profundas. Desde o fim da Guerra Fria, a situação geral do mundo se acalmou. O clamor dos povos por paz, estabilidade e desenvolvimento tem aumentado constantemente. Entretanto, o mundo está longe de ser pacífico. Hegemonismo e a política do poder ainda existem na política internacional, nos domínios da economia e da segurança, e se manifestam de novas formas. A nova “diplomacia das canhoneiras” e o neocolonialismo econômico exercido pelas grandes potências tem minado severamente a soberania, a independência e o desenvolvimento de muitos países pequenos e médios, e ameaçado a paz e a segurança internacional. Para manter a paz mundial e promover o desenvolvimento comum, todos os países devem se orientar estritamente pelas normas básicas das relações internacionais estabelecidas desde a guerra contra o fascismo, incluindo os Cinco Princípios da Coexistência Pacífica e os objetivos e princípios da Carta das Nações Unidas (JIANG, 2010, v. II, p. 396-397, tradução nossa).

No discurso do presidente Xi Jinping na Fundação Körber da Alemanha, em 28 de março de 2014, o presidente chinês afirmou:

A China não aceita a lógica retrógrada de que um país, ao se tornar poderoso, irá inevitavelmente buscar a hegemonia. As velhas práticas de colonialismo e hegemonismo ainda seriam viáveis no mundo de hoje? Definitivamente não. Isso conduz apenas para um beco sem saída, e aqueles que insistam nesse caminho certamente vão bater a cabeça na parede! O único caminho viável é o do desenvolvimento pacífico. É essa a razão pela qual a China persiste de forma inabalável no seu desenvolvimento pacífico (XI, 2014, p. 322, tradução nossa).

### **3. Por que a busca da hegemonia seria um convite para a sua própria destruição?**

Mais uma vez os chineses procuram tirar lições da história. Segundo Huang e Luan.:

Esta é uma lição que a história nos ensina: nenhuma potência que procurou a hegemonia chegou a bom termo. Alemanha e Japão iniciaram uma guerra mundial, mas foram derrotados. A desintegração da antiga União Soviética está relacionada em grande medida à política de expansionismo que advogava. Embora os Estados Unidos permaneçam como a única superpotência, o declínio de seus “Soft Power” e “Hard Power” é a dura realidade, certamente relacionada com as guerras que o país tem iniciado desde o fim da Guerra Fria. É impossível, por isso, seguir os passos equivocados desses países. Além disso, a China está ainda no estágio inicial do socialismo. Ela não tem capacidade de buscar a hegemonia, e mesmo no futuro, quando estiver totalmente desenvolvida, não vai procurar isso. Por que iríamos ameaçar o progresso que fizemos e provocar a nossa própria queda procurando a hegemonia? (HUANG; LUAN, 2013, p. 289-290, tradução nossa).

### **4. A China pode alcançar o desenvolvimento sem buscar a hegemonia?**

Desenvolvimento é uma coisa; hegemonia é outra. A OCDE, organização que reúne os países considerados desenvolvidos, tem trinta membros, mas a única superpotência do mundo,



hoje, são os Estados Unidos. Segundo Huang e Luan (2013, p. 290), há precedentes para o desenvolvimento pacífico. A China considera a Alemanha pós-Segunda Guerra Mundial um bom exemplo. No caso específico da China, Huang e Luan (2013, p. 290) consideram que o fato de ela possuir um grande mercado doméstico e abundância de recursos permite ao país realizar um desenvolvimento independente, sem recorrer à expansão externa. O argumento é questionável, pois não há experiência histórica que demonstre que algum país hoje desenvolvido tenha chegado a esse estágio baseando-se exclusivamente em seu próprio mercado. Por outro lado, também é verdade que, sem apoiar-se em um forte mercado interno, nenhum grande país realmente se desenvolveu. É preciso, contudo, considerar os limites que o consumo interno estabelece para o crescimento econômico. Até mesmo a China, para chegar aonde chegou até aqui, precisou contar com o mercado externo como um dos principais vetores de desenvolvimento. Evidentemente há uma enorme distância entre ser um grande exportador e exercer algum tipo hegemonia, mesmo porque a força econômica internacional de um país não depende de quanto ele exporta mas, sobretudo, do que ele exporta. A China já é o maior exportador mundial, e nem por isso exerce ou mesmo busca a hegemonia. Entretanto, é preciso considerar que a divisão internacional do trabalho, com base na qual o comércio internacional se realiza, está longe de ser sempre um jogo ganha-ganha, ou que os ganhos do comércio se distribuam de maneira mais ou menos uniforme entre os países, como insistem as chamadas “teorias puras de comércio internacional”. O problema não é participar ou não do comércio internacional, pois de um jeito ou de outro, todos participam. A questão é como cada país participa do comércio internacional. O ponto em que cada país se insere nas cadeias globais de valor vai influenciar decisivamente quais serão seus ganhos de comércio. A questão é quanto valor cada país agrega em suas exportações. Nenhum país, inclusive a China, conseguiu subir uns poucos degraus nas cadeias globais de valor sem algum nível de proteção à indústria local, abraçando sem restrições as políticas de livre-comércio. A China, entretanto, que por seus próprios méritos está chegando ao topo, tende a adotar uma visão mais liberal sobre o comércio internacional. Não deixa de ser irônico que, enquanto o presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, defende o protecionismo, o presidente Xi Jinping vá ao fórum de Davos para defender a globalização<sup>9</sup>. Huang e Luan, ao expor qual é a visão do Partido Comunista da China sobre a liberalização comercial, afirmam:

---

<sup>9</sup> Em discurso pronunciado no dia 17 de janeiro de 2017, no Fórum Mundial de Davos, o presidente Xi Jinping fez uma enfática defesa da globalização e do livre-comércio, em claro contraponto às declarações que o recém-eleito presidente americano Donald Trump em favor do protecionismo. Na ocasião, o presidente chinês afirmou que “os problemas que estão perturbando o mundo não são causados pela globalização. Eles não são o resultado inevitável da globalização”(ANDERLINI; WANG; MITCHELL, 2017, tradução nossa).

O comércio é o motor do crescimento econômico. A liberalização do comércio ajuda a otimizar o comércio e a estrutura econômica de um país. A liberalização comercial promove a competição. Ela pode diminuir o poder dos monopólios em setor industrial no qual a competição é sub-ótima. Ela pode aumentar as economias pelo efeito escala e promover o aumento da produtividade do trabalho. A liberalização comercial pode ajudar a criar uma divisão internacional do trabalho positiva. Diferentes países podem concentrar-se na produção dos mais lucrativos ou relativamente mais lucrativos produtos com base nas suas condições nacionais e força comparativa. Isso ajuda a alcançar a configuração ótima dos fatores produtivos e aumenta a produtividade. A liberalização comercial pode aumentar o volume de produtos em circulação. Ela pode expandir os mercados, promover economias de escala e abaixar os custos de produção e o preço dos produtos (HUANG; LUAN, 2013, p. 318, tradução nossa).

Ao defender tais pontos de vista, não se pode negar, a China age de forma coerente com seus interesses, pois, como afirmam os mesmos autores:

Para a China, a liberalização comercial é um fator institucional importante para seu sucesso econômico. Pesquisa confiável mostra que, a partir da década de 1990, cada 10% de aumento no crescimento das exportações na China trouxe 1% de crescimento adicional no PIB. A liberalização comercial não apenas impulsiona o progresso tecnológico da China como também gera pressão competitiva significativa entre seus negócios, que promove a eficiência e favorece a seleção dos mais fortes e a eliminação dos fracos. Além disso, sob a propulsão do comércio, a mão de obra rural excedente é gradualmente transferida para a indústria manufatureira. A indústria manufatureira também está passando por uma transformação estrutural interna e por uma elevação de qualidade. A eficiência total da indústria está aumentando. Na medida em que a abertura impacta sobre bens e serviços, fatores como a filosofia operacional, fluxo de pessoas e capital e novos conceitos, técnicas e tecnologia, todos fluem para a China e injetam dinamismo na economia chinesa (HUANG; LUAN, 2013, p. 318-319, tradução nossa).

Mas entre a taça e os lábios sempre existe uma certa distância. Por tudo que discutimos acima, parece não haver dúvida de que o caminho do desenvolvimento pacífico não é apenas o que a China deseja, mas também o que melhor lhe convém. Por mais que o país insista no mercado interno como novo vetor de desenvolvimento, o desenvolvimento chinês dependeu no passado recente e dependerá no futuro imediato de um ambiente internacional politicamente pacífico e economicamente aberto. Se pudéssemos imaginar alguns cenários da economia mundial para os próximos dez anos partindo de duas disjuntivas (globalização x regionalização e integração x fragmentação dos mercados mundiais), certamente o cenário que mais conviria à China seria aquele que combinasse globalização e integração, levando, assim, à formação de um mercado global totalmente integrado e livre de empecilhos para a circulação de bens, capitais, tecnologias e pessoas. Isso pressupõe, naturalmente, primeiro que haja paz no mundo e, segundo, que não haja disputas por hegemonia que possam levar à fragmentação global em

blocos de poder ou áreas de influência. Esse, porém, é apenas um dos cenários possíveis. A China é um ator cada vez mais importante e poderoso nesse jogo mas, por mais poder que tenha, não deixará de ser apenas mais um ator entre tantos outros. A depender de como as coisas andem, tanto é possível haver o recrudescimento do protecionismo, como temos visto desde o início da crise de 2008 – e reforçado com a eleição de Donald Trump para a presidência dos Estados Unidos –, como também o aprofundamento da regionalização, que também é hoje uma realidade mundial, haja vista as centenas de acordos bilaterais, plurilaterais e regionais de comércio que têm sido assinados nos últimos anos. O desenvolvimento pacífico é, enfim, o que a China precisa e pelo que a China luta, mas há uma série de pedras no caminho que ela terá de tentar remover ou contornar com muita paciência.

#### **IV. As pedras no caminho do desenvolvimento pacífico da China**

##### **IV.1 - As relações com os Estados Unidos e a eleição de Donald Trump**

Desde que Estados Unidos e China reataram relações diplomáticas, em 1979, a relação entre os dois países tem passado por altos e baixos. Enquanto a China não representava nenhuma ameaça ao domínio americano sobre os negócios globais, as diferenças entre os dois países estiveram circunscritas ao campo ideológico e, sobretudo, à questão do controle militar americano sobre os dois lados do Pacífico, especialmente o leste e o sudeste da Ásia. A determinação da China em promover a reunificação de Taiwan sempre foi o ponto mais sensível nas relações bilaterais, pelo papel que os Estados Unidos atribuem à ilha em sua estratégia política e militar no leste da Ásia. Entretanto, na medida em que as relações entre os dois lados do estreito de Taiwan foram se normalizando e avançando para um maior nível de institucionalização e, ao mesmo tempo, a China emergiu como nova potência econômica global, as relações sino-americanas tornaram-se mais complexas, envolvendo um número muito mais amplo de temas e questões. Segundo Jin Canrong (2010, p. 64, tradução nossa):

As relações sino-americanas são a mais importante e complicada relação entre grandes potências no século XXI – importante porque determina se as relações internacionais neste século serão de confronto ou cooperação, e complicada porque conflitos estratégicos irão assombrar os dois países, um sendo uma novíssima potência emergente e, o outro, uma grande potência existente (JIN, 2010, p. 64, tradução nossa).

Existem, hoje, entre os dois países, mais de noventa mecanismos de diálogo e comunicação, como o diálogo estratégico e econômico e a consulta de alto nível sobre

intercâmbios interpessoais. Há cerca de 220 províncias/estados e cidades-irmãs. Há cerca de 190 mil estudantes chineses nos Estados Unidos e 20 mil estudantes americanos na China (XI, 2014, p. 339). Como afirma Jin (2010, p. 63, tradução nossa), “em geral, o escopo das relações entre a China e os Estados Unidos é muito mais amplo que durante a Guerra Fria, sua relação pode ser descrita hoje com uma relação de ‘grandes potências’ que é complicada e imatura”. Segundo Jin (2010):

Desde o fim da Guerra Fria, mesmo passando por pronunciadas flutuações, as relações Sino-Americanas têm adquirido uma estrutura mais razoável. Um número de características tem se destacado:

- fatores internos passaram a determinar se a cooperação ou a confrontação irá dominar as relações bilaterais;
- o desenvolvimento das relações políticas e econômicas é irregular, com relações políticas constantemente passando por reviravoltas e relações econômicas avançando de forma estável;
- os governos desempenham um papel menos dominante no desenvolvimento de relações bilaterais na medida em que fatores não governamentais ganham relevância;
- a diferença de poder entre os países está diminuindo;
- elementos que favorecem o desenvolvimento de relações bilaterais e que as dificultam coexistem em cada um dos dois países;
- a influência das suas relações transcende as fronteiras dos dois países e se torna um fator-chave, afetando a situação internacional na região Ásia-Pacífico;
- na medida em que China e Estados Unidos, dois “campeões em um amplo campo de atividades”, possuem ambos “hard power” e “soft power”, suas relações são bastante equilibradas. (JIN, 2010, p. 63, tradução nossa).

Na opinião de Jin (2010, p. 73, tradução nossa), “dois fatores irão determinar o desenvolvimento estável dos futuros laços sino-americanos: se os Estados Unidos aceitam ou não a ascensão pacífica da China, e se a China aceita ou não a ordem atual sob a dominação dos Estados Unidos”.

A eleição de Donald Trump para a presidência dos Estados Unidos, em novembro de 2016, foi um acontecimento que complicou ainda mais as relações sino-americanas, como atesta o recente episódio da guerra comercial desencadeada contra a China. É preciso, entretanto, diferenciar as posições do Congresso dos Estados Unidos e das grandes corporações americanas, bem como dos diversos grupos de interesse que gravitam ao redor de Trump, das suas posições pessoais em relação à China. Estão se aproveitando do bem conhecido despreço de Trump a qualquer tipo de regra, mesmos aquelas criadas pelos próprios Estados Unidos, para fazer avançar sua própria agenda. Usam Trump como um “pé de cabra” para arrombar portas. No plano econômico, o que republicanos e democratas, bem como as grandes corporações americanas desejam é endurecer as regras da OMC contra a China. Em sua opinião, as regras atuais limitam as possibilidades de punir a China por práticas comerciais que consideram

prejudiciais aos interesses dos Estados Unidos e de suas empresas e barrar o progresso chinês. Para facilitar a imposição de tarifas antidumping sobre as importações da China e outras medidas punitivas, gostariam, por exemplo, de tornar obrigatória a notificação junto à OMC não apenas das tarifas máximas aplicadas a cada tipo de produto mas também dos subsídios oferecidos pelos governos a cada indústria. Isso obrigaria a China a explicitar toda a estrutura de subsídios que oferece, principalmente às suas empresas estatais e, caso não o fizesse, ser punida por isso. Por suas recentes declarações, a vontade de Trump seria retirar os Estados Unidos da OMC e, assim, poder negociar caso a caso, sem ter que seguir regra alguma. Para os Estados Unidos, que levaram cinco décadas para construir o atual sistema de governança do comércio internacional, que logrou reduzir as tarifas de importação de uma média de 22%, em 1947, para 3%, em 2000, a destruição do sistema multilateral de comércio e da própria OMC, como aparentemente Trump deseja, seria um péssimo negócio (*The Economist*, 21/Jul./2018). O apoio dos CEOs das grandes corporações americanas à essa política truculenta se deve em grande medida a sua miopia política. Para eles, o que interessa é o curto prazo. Certamente ficariam muito felizes em poder exportar mais US\$ 200 bilhões para a China, como também estão muito satisfeitos em pagar menos impostos. Não se preocupam com o longo prazo. O que os estrategistas americanos estão fazendo, entretanto, é utilizar o desejo de Trump de destruir o sistema multilateral de comércio e a própria OMC para forçar a China e demais países em desenvolvimento a aceitarem as mudanças de regra que os Estados Unidos e a União Europeia desejam introduzir naquela organização, de preferência sem ter que discutir com a China. Querem fazer novas regras para a China, mas sem ouvir a China. Trump é apenas o bode que eles colocaram na sala. Isso porém é um jogo arriscado, pois nem há garantia de que ele vá manter a pressão até que as regras sejam mudadas caso, por exemplo, a China aceite comprar mais produtos americanos, nem há garantia de que ele não vá transformar uma disputa sobre comércio e regras em algo mais grave e perigoso para os Estados Unidos e o mundo. A China, por seu turno, que já pagou um preço alto para entrar na OMC, não vai acertar mudanças de regras que prejudiquem seu desenvolvimento futuro.

#### **IV. 2 - Taiwan**

Desde a implantação da República Popular da China, em 1949, o governo chinês luta para reunificar seu território e trazer de volta para a administração da China aqueles territórios que durante a ocupação imperialista no século XIX e XX foram subtraídos do seu controle. Com a retomada do Tibete, em 1951, depois de sua efêmera tentativa de separação (1913-1949)

e a recuperação da soberania sobre Hong Kong, em 1998, após 155 anos de domínio inglês, e sobre Macau, em 1999, depois de quatrocentos anos de colonização portuguesa, resta, ainda, a questão de Taiwan. A ilha de Taiwan, que a China considera sua 23ª província, foi submetida ao controle da China no século XVII, mas durante o século XX esteve sob a administração de Pequim apenas por cinco anos (1945-1949) (Marshall, 2018, p. 65). No século XVI, os portugueses chegaram à ilha e a nomearam “Formosa”. Depois de passar por um curto período de domínio dos espanhóis foi parcialmente colonizada pelos holandeses, no século XVII, antes de ser retomada pelo império chinês no final da dinastia Ming (SPENCE, 1995, p. 70). O guerreiro Zheng Chengong, que expulsou os holandeses em 1662 e passou para a história do Ocidente com o nome de Coxinga, é ainda hoje reverenciado na China como um herói nacional. Por ocasião da Primeira Guerra Sino-Japonesa, em 1895, Taiwan foi ocupada pelo Japão e assim permaneceu até 1945. Após a derrota japonesa ao final da Segunda Guerra Mundial, a ilha retornou ao controle da China por um curto período (1945-1949). Em maio de 1950, após a derrota das forças do Guomindang na guerra civil que levou à criação da República Popular da China, as forças nacionalistas do general Chiang Kai-shek refugiaram-se na ilha, e lá estabeleceram a sede do seu governo, com o nome de República da China (RC) para se diferenciar da República Popular da China (RPC). O fato de os dois lados reconhecerem que existe uma só China é a base sobre a qual repousa o status autônomo atual da ilha. Apesar de não ser reconhecida pela ONU e pela maioria esmagadora dos cerca de duzentos países que a integram, Taiwan permanece formalmente separada da China, graças, sobretudo, ao apoio militar dos Estados Unidos. Enquanto não for reintegrada à nação chinesa, as relações entre os dois lados do estreito continuarão uma chaga aberta na história da China, que continuará se vendo como um país dividido.

De longe, a questão de Taiwan tem sido o ponto mais sensível nas relações sino-americanas desde a fundação da República Popular da China, e com maior potencial de gerar conflitos graves entre os dois países. John Foster Dulles (1888-1959), como conselheiro do presidente Harry Truman, ajudou a desenhar um plano para tirar vantagem da Guerra da Coreia e tomar Taiwan da China pelo uso da força. Em 1954, ele foi fundamental para a assinatura do Tratado de Defesa Conjunta Estados Unidos-Taiwan, que era uma tentativa de legitimar a ocupação americana e fazer de Taiwan uma base militar americana permanente (DENG, v. III, 1995, p. 383, tradução nossa). Quando, em 1º de janeiro de 1979, no final do governo Carter, as relações bilaterais foram oficialmente reatadas, os Estados Unidos anunciaram que estavam cortando as relações diplomáticas com Taiwan, denunciando o Tratado de Defesa Conjunta Estados Unidos-Taiwan e retirando as tropas americanas da ilha. Mas em março do mesmo ano,

o Congresso americano aprovou o Ato das Relações com Taiwan, que entrou em vigor em 10 de abril de 1979. O ato declarava que a decisão dos Estados Unidos de restabelecer relações com a República Popular da China repousava na expectativa de que o futuro de Taiwan seria determinado por meios pacíficos. E, ainda, que os Estados Unidos iriam considerar qualquer tentativa de determinar o futuro de Taiwan por outros meios uma ameaça para a paz e a segurança da área do Pacífico Ocidental e grande preocupação para os americanos, que iriam “prover Taiwan com armas de caráter defensivo” e “manter a capacidade dos Estados Unidos de resistir a qualquer recurso à força ou outras formas de coerção que pudessem ameaçar a segurança, o sistema econômico e social do povo de Taiwan”. Os termos do Ato tratam Taiwan como um país, violando os princípios acordados entre os Estados Unidos e a China e o compromisso assumido quando do reatamento das relações diplomáticas (DENG, v. II, 1995, p. 431-432). As relações de Washington com a ilha até hoje são balizadas pelo “Ato das Relações com Taiwan”. Conforme destaca Marshall (2018, p. 66),

Os americanos estão comprometidos pelo Ato para Relações com Taiwan, de 1979, a defender Taiwan no caso de invasão chinesa. No entanto, se Taiwan declarar completa independência da China, o que a China consideraria um ato de guerra, os Estados Unidos não estão obrigados a ir em sua ajuda, pois a declaração seria considerada uma provocação.

Em entrevista ao jornalista americano Mike Wallace, da rede americana CBS TV, em setembro de 1986, Deng Xiaoping afirmou:

Há três obstáculos nas relações sino-soviéticas, e um obstáculo nas relações sino-americanas. É a questão de Taiwan, ou da reunificação dos dois lados do Estreito de Taiwan. Nos Estados Unidos, as pessoas dizem que o governo americano toma a posição de “não envolvimento” na questão de reunificação da China, ou seja, a questão de Taiwan. Isso não é verdade. O fato é que os Estados Unidos têm estado envolvidos o tempo todo. Nos anos 1950, MacArthur<sup>10</sup> e Dulles viam Taiwan como um porta-aviões americano não afundável na Ásia e no Pacífico. A questão de Taiwan era, portanto, o ponto mais importante nas negociações para o estabelecimento de relações diplomáticas entre a China e os Estados Unidos (DENG, v. III, 1995, p. 172, tradução nossa).

Apesar da maior complexidade que a agenda de discussões entre a China e os Estados Unidos foi ganhando com o passar do tempo, a qual, hoje, envolve inúmeras questões de importância global como comércio, finanças, mudanças climáticas, segurança energética e alimentar, e terrorismo, dentre outros pontos, a questão de Taiwan continua a ser talvez um ponto altamente sensível e complicado nas relação bilateral entre a China e os Estados Unidos.

---

<sup>10</sup> General Douglas MacArthur (1880-1964), soldado americano de carreira, foi o comandante em chefe das Forças Aliadas de ocupação do Japão de 1945 a 1951. Em junho de 1950, tornou-se o comandante em chefe das Forças da ONU na Guerra de Agressão Contra a Coreia. Foi demitido em abril de 1951 (DENG, v. III, 1995, p.387, tradução nossa).



A leitura das atas dos debates no Comitê de Relações Internacionais da Câmara dos Deputados dos Estados Unidos, por ocasião de audiência pública realizada em 21 de abril de 2004 para comemorar os 25 anos de assinatura do Ato, revela, por exemplo, o quanto o *establishment* político americano ainda permanece dividido em relação ao tema e, em última instância, à postura política que os Estados Unidos devem ter em relação à China (ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA, 2004). Não foi por outra razão que o jornal *China Daily* publicou, em 15 de janeiro de 2017, um editorial contundente a propósito das provocações do novo presidente americano<sup>11</sup>, Donald Trump, em relação à questão de Taiwan:

Taiwan tem estado fora dos limites da diplomacia China-EUA graças à compreensão de que é uma caixa de Pandora de potencial letal, e que a sua abertura pode levar ao chão os ganhos firmemente mantidos e duramente conquistados que governam o relacionamento bilateral. Se Trump estiver determinado a usar esse ardil ao assumir o cargo, um período de interações ferozes e prejudiciais será inevitável, já que Pequim não terá escolha a não ser tirar as luvas. Seria bom se, após sua posse, Trump pudesse demonstrar mais estilo de governo. Mas Pequim não deve contar com o fato de que, ao aumentar as apostas, ele esteja apenas fazendo um blefe antes da posse; em vez, disso deve estar preparada para o caso de ele continuar apoiando essa aposta. Pode ser caro. Mas será um preço digno de pagar para tornar o próximo presidente dos EUA consciente da sensibilidade especial e consequências graves de seu jogo em Taiwan. (CHINA DAILY, 2017, tradução nossa).

A China, por seu lado, não tem poupado esforços para promover a reunificação pacífica de Taiwan, com base no princípio de “uma só China”. O adensamento das relações econômicas entre os dois lados do estreito tem facilitado esse processo de aproximação, e trazido à cena outros atores, além dos governamentais, interessados na normalização das relações. Se, de um lado, isso torna o jogo mais complexo, por outro engrossa a fileira dos que advogam uma solução pacífica para a questão. Também contribui para uma solução pacífica a postura do Partido Nacionalista Chinês (Guomindang), que concorda com o princípio de “uma só China”, também conhecido como “Consenso de 1992”, e se opõe à independência de Taiwan. Segundo Jin (2012):

Os dois lados construíram mecanismos de consulta entre a “Associação para Relações através do Estreito de Taiwan” e a “Fundação de Intercâmbio do Estreito”. As duas organizações quebraram o bloqueio estabelecido desde 1999, retomaram as consultas com base no Consenso de 1992, e assinaram

---

<sup>11</sup> Em 2 de dezembro de 2016, o presidente eleito dos Estados Unidos fez uma ligação telefônica para a líder de Taiwan, Tsai Ing-wen, do Partido Democrático Progressista, que venceu as eleições em 2016 derrotando o candidato do Partido Nacionalista da China (Guomindang), que esteve nos oito anos anteriores no poder. O PDP rejeita o “Consenso de 1992”, que estabeleceu o conceito de “uma só China”, e é favorável à independência de Taiwan, com base no conceito de “duas Chinas” (ou “uma China, uma Taiwan”). Esse telefonema foi o primeiro contato entre um presidente americano e um líder político taiwanês desde que, em 1979, no governo Carter, os Estados Unidos reataram as relações com a China com base na política de “uma só China”. Em 26 de novembro de 2016, o jornal *Taiwan News* confirmou rumores de que Donald Trump estaria considerando a possibilidade de construir hotéis de luxo e resorts na cidade taiwanesa de Taoyuan (TAIWAN NEWS, 2017, tradução nossa).

dezesseis acordos de cooperação cobrindo transportes, comércio e cooperação econômica, contatos interpessoais, segurança alimentar, assistência legal mútua, agricultura e pesca, e segurança em energia nuclear, formando e implementando encontros alternados de cada lado. Além disso, o “Fórum de Economia, Comércio e Cultura através do Estreito” tornou-se uma importante iniciativa para promover o intercâmbio entre o Partido Nacional da China e o Partido Comunista da China (JIN, C., 2012, p. 176-177, tradução nossa).

Em abril de 2009 foi assinado o “Acordo sobre Cooperação Financeira através do Estreito”, visando aprofundar a cooperação financeira entre os dois lados. O “Acordo-Quadro de cooperação econômica” entre os dois lados tem sido fundamental na medida em que, desde 2003, a China continental tem sido a maior fonte de superávit comercial de Taiwan e o seu principal mercado de exportação. O Partido Nacionalista da China (Guomindang) chegou a estabelecer a estratégia de “alcançar o mundo por meio do continente”. Desde 2008, os dois lados tomaram outras iniciativas para aumentar o intercâmbio através do estreito. Uma delas foi realizar “as três ligações” via correio, transporte e negócios. Foram assinados o “Acordo sobre transporte aéreo através do Estreito”, o “Acordo sobre transporte marítimo através do Estreito” e o “Acordo sobre serviços postais através do Estreito”<sup>12</sup> (JIN, C., 2012, p. 175-180, tradução nossa).

#### **IV.3 - Crise nuclear na Península da Coreia**

Outra grande pedra no caminho do desenvolvimento pacífico da China tem sido o programa nuclear da Coreia do Norte. Segundo Jin (2012, p 143), de todos os problemas regionais que a China enfrenta, esse é o mais espinhoso. O problema começou no início da década de 1990, quando os Estados Unidos levantaram a suspeita de que a Coreia do Norte estava tentando desenvolver armas nucleares e exigiram uma detalhada inspeção nas instalações nucleares daquele país, iniciando, assim, uma longa confrontação entre os dois países. Em 1993, a Coreia do Norte anunciou sua retirada do “Acordo sobre não proliferação nuclear”. Quando George W. Bush assumiu a presidência dos Estados Unidos, em 2001, o governo americano endureceu sua política em relação à Coreia do Norte, denominando-a como parte do “eixo do mal”, juntamente com Irã e Iraque, e desencadeando a crise que perdura até hoje. Após as

---

<sup>12</sup> Em de junho de 2016, os diplomatas do continente suspenderam os contatos com a contraparte taiwanesa em função da negativa da nova líder de Taiwan, Tsai Ing-wen, do Partido Democrático Progressista ter se negado a endossar a política de “Uma só China” estabelecida pelo “Consenso de 1992”. De acordo com An Fengshan, portavoz do Escritório de Negócios de Taiwan, o mecanismo de comunicação entre o Estreito porque o novo governo de Taiwan se nega a reconhecer o Consenso de 1992, que estabeleceu a base política para o princípio de Uma Só China (HERNÁNDEZ, 2016, tradução nossa).

negociações bilaterais entre os Estados Unidos e a Coreia do Norte falharem, a China esforçou-se para promover conversas multilaterais. Em 2003, a Coreia do Norte, a China, os Estados Unidos, a Coreia do Sul, o Japão e a Rússia iniciaram as “Conversas entre seis partes” que, entre 2003 e 2007, realizaram seis reuniões, cujo resultado foi um acordo conjunto sobre a desnuclearização da Península da Coreia, a normalização das relações diplomáticas entre as partes relevantes, assim como um plano de ajuda econômica e energética para a Coreia do Norte. Entretanto, as conversas entre Coreia do Norte, Coreia do Sul e Estados Unidos chegaram a um impasse. Em maio de 2009, a Coreia do Norte anunciou ter realizado com sucesso um teste nuclear, e a ONU impôs, por unanimidade, com o apoio da China, a sanção 1.874, condenando o teste e exigindo o completo desarmamento e o retorno às negociações sem pré-condições. Ao mesmo tempo, as relações entre a Coreia do Sul e Coreia do Norte se deterioraram quando, após o até hoje não esclarecido afundamento do navio sul-coreano Cheonan, em 2010, no Mar Amarelo, a Coreia do Norte bombardeou a ilha sul-coreana de Yeonpyeong. Depois disso, Estados Unidos e Coreia do Sul fizeram exercícios navais com um porta-aviões nuclear na região, aumentando ainda mais a tensão na península (JIN, C., 2012, p. 143-144). Como a China mantém relações de amizade com a Coreia do Norte, tem procurado mediar o conflito e trabalhar pela desnuclearização da península, uma vez que um conflito nuclear envolvendo a Coreia do Norte, a Coreia do Sul e os Estados Unidos seria uma verdadeira tragédia para os planos de desenvolvimento pacífico da China. O último lance desse complicado enredo foi o encontro do presidente coreano, Kim Jong Un, com o presidente Trump, em Singapura, em junho de 2018. No referido encontro, o presidente Kim prometeu a completa desnuclearização do país em troca de garantias de segurança americanas. Dada a imprevisibilidade de Trump, da desconfiança mútua quanto à sinceridade das promessas e da forte pressão do lobby armamentista americano, contrário a qualquer acordo, o mais provável é que a situação continue tensa e indefinida por longo tempo.

#### **IV.4 - Disputas territoriais**

Em que pesem as crescentes responsabilidades globais a que China é chamada a assumir pela sua condição de grande potência, é preciso considerar que o país é, sobretudo, uma potência regional, cujas principais preocupações geopolíticas dizem respeito à defesa da integridade e unificação territorial e à manutenção de um ambiente de paz e cooperação no leste e sudeste da Ásia. Essa cooperação regional se traduz tanto na crescente integração econômica com os países dessa região quanto no esforço empreendido nos últimos anos para resolver pacificamente

disputas históricas de fronteiras, algumas delas originadas na forma arbitrária como as potências colonialistas, particularmente a Inglaterra, estabeleceram os limites de suas ex-colônias na Ásia no passado, ou em problemas mais recentes criados pela interferência das grandes potências na região em sua política de poder. As principais disputas de fronteira entre a China e seus vizinhos têm sido resolvidas de forma pacífica, como no caso da Rússia, Cazaquistão, Tadjiquistão e Vietnã, mas há alguns problemas ainda pendentes, cuja solução é complicada.

O primeiro deles é a disputa de fronteiras com a Índia. A China e a Índia possuem 2 mil km de fronteira comum, e as áreas em disputa correspondem a cerca de 125 mil km<sup>2</sup>. A origem dessa disputa é a chamada Linha McMahon, traçada pela Inglaterra em 1914, designando arbitrariamente como território indiano a parte sul do Tibete (NOORANI, 2011, p.8). Em 1972, a Índia denominou a área em litígio de Arunachal Pradesh, mas a China jamais reconheceu a legitimidade dessa linha e muito menos o Pradesh.

Dezenas de reuniões já foram feitas para resolver o problema, mas a questão permanece sem solução definitiva. Segundo Jin (2012):

Entretanto, alguns dirigentes indianos ainda consideram a China uma ameaça, ocasionalmente visitam a região em disputa, fazem discursos controvertidos, e aumentam sua presença militar ali, o que pode minar seriamente a relação de boa vizinhança e a cooperação entre China e Índia (JIN, 2012, p. 146, tradução nossa).

A segunda questão diz respeito às Ilhas Diaoyu, no mar do leste da China. É um pequeno grupo de ilhas de 6,2 km<sup>2</sup>, próximo à ilha de Taiwan, de onde distam cerca de 170 km, a nordeste, e a 330 km do continente. Essas ilhas pertencem historicamente à China desde o começo da dinastia Ming. Com a derrota da China na Guerra Sino-Japonesa (1894-1895) as ilhas passaram para a administração do Japão, que manteve o controle sobre elas até o final da Segunda Guerra Mundial. Com a derrota do Japão na Segunda Guerra, Taiwan foi devolvida à China, mas os Estados Unidos negaram-se a devolver essas ilhas, que continuaram sob sua administração até 1972, quando as transferiram para o Japão, sob protestos da China<sup>13</sup>. O governo japonês tem enviado forças militares para as ilhas com o objetivo de impedir que os chineses e seus navios pesqueiros se aproximem, o que tem gerado sucessivos atritos, como no caso do capitão de um navio pesqueiro chinês que foi aprisionado pelos japoneses em setembro de 2010, inflamando novamente a disputa. Jin Canrong (2016, p. 147), referindo-se ao tema,

---

<sup>13</sup> Os japoneses denominam as ilhas Diaoyu por outro nome: Senkaku. De acordo com o governo japonês, as ilhas Diaoyu não são parte de Formosa (Taiwan) ou das Ilhas Pescadores, que foram cedidas ao Japão pela Dinastia Qing, de acordo com o Artigo 2 do Tratado de Shimonoseki, assinado em abril de 1895, por ocasião da primeira invasão da China pelo Japão. Segundo esse argumento não há por que falar em devolução se as mesmas nunca estiveram sob a administração da dinastia Qing. Para maiores detalhes sobre a posição do governo japonês sobre o assunto consultar: <<https://www.br.emb-japan.go.jp/territory/senkaku/question-and-answer.html#q1>>.

afirma que, “embora a disputa das Ilhas Diaoyu não abale as raízes das relações sino-japonesas, é ainda um grande e instável constrangimento. Ou como alguém já a descreveu, é ‘uma mina flutuante no Pacífico, ameaçando a paz da região Ásia-Pacífico’ (JIN, C., 2012, p. 147, tradução nossa).

O terceiro problema está relacionado com as disputas marítimas. A China tem o maior número de ilhas e uma linha costeira de 18 mil km, que aumenta para 32 mil km se consideradas as 5 mil ilhas, cobrindo uma área de 3 milhões de quilômetros quadrados de oceano. Alguns países vizinhos do sudeste da Ásia reclamam a soberania sobre cerca de um terço dessa área, que historicamente pertence à China, resultando na ocupação irregular de dezenas de ilhas e na pilhagem de recursos. “Tomando o Mar do Sul da China como exemplo, até agora as Filipinas já ocuparam ilegalmente nove ilhas; o Vietnã, 29; a Malásia, cinco; a Indonésia, duas e Brunei, uma, sobre as quais a China tem indisputável soberania” (JIN, 2012, p. 147, tradução nossa). Em 2002, a China e a ASEAN assinaram um documento chamado “Declaração sobre a conduta das partes no mar do sul da China”, enfatizando a necessidade de resolução pacífica das disputas e a moderação, acordando em manter a boa vizinhança e a confiança mútua, a paz na área e a realização de esforços conjuntos para construir canais de cooperação em temas como proteção marítima, pesquisa e resgate, segurança e crimes transnacionais. A China alega, entretanto, que a situação vem se deteriorando em função de medidas unilaterais de alguns países. O ex-presidente das Filipinas, Benigno Aquino, assinou, em 2009, a Lei das Linhas de Base do Arquipélago, definindo as Ilhas Huangyan e parte das Ilhas Nansha como território filipino, e declarou, em julho de 2011, no “Discurso sobre o estado da Nação”, que as Filipinas estavam prontas para defender “seu território” pela força. Do mesmo modo, em março de 2009, o primeiro-ministro da Malásia visitou o recife de Danwan, nas Ilhas Nansha, e declarou soberania sobre a área. Jin cita ainda o caso do Vietnã, que “tem ocupado mais ilhas e recifes do que outros países, explorado mais de 100 milhões de toneladas de petróleo e gás, e ganhado bilhões de dólares por meio da cooperação com empresas europeias e americanas” (JIN, C., 2012, p. 148, tradução nossa).

Evidentemente, todos esses problemas estão relacionados com – ou agravados por – uma quarta questão, que é a interferência das grandes potências na região, sobretudo os Estados Unidos. Desde o fim da Segunda Guerra Mundial, os Estados Unidos consideram os dois lados do Pacífico como sua área de influência, e veem no crescimento da China uma ameaça a essa hegemonia militar e econômica. A China, por seu turno, na medida em que se torna também uma grande potência, passa a ter cada vez maiores interesses fora de seu território, os quais precisa proteger. Para um país que já é o principal exportador mundial e depende cada vez mais

da importação de matérias-primas, alimentos e recursos energéticos, a segurança das rotas marítimas é uma questão estratégica, e certamente isso pesa tanto quanto ou até mais que a questão dos recursos no fundo do oceano, pelo empenho chinês em impedir que o Mar da China Meridional seja retalhado em áreas de influência das grandes potências, sobretudo dos Estados Unidos.

Os problemas regionais no leste e sudeste Asiáticos, já complicados por si mesmos, tornam-se ainda mais complexos e difíceis de resolver devido a interferências externas, nomeadamente dos Estados Unidos, que se declaram “um poder residente na Ásia” (JIN, C., 2012, p. 149, tradução nossa), e para quem os crescentes atritos em torno dessas disputas territoriais criam a oportunidade de manter suas mãos na região. Em quase todas as disputas acima mencionadas é possível notar a presença dos Estados Unidos como parte interessada. No caso da disputa com o Japão sobre as Ilhas Diaoyu, em 2010, a então secretária de estado Hillary Clinton declarou que o “Artigo 5 do Tratado pode ser aplicado às Ilhas Diaoyu” (JIN, C., 2012, p. 140, tradução nossa). Clinton se refere ao Tratado de Segurança e Proteção entre o Japão e os Estados Unidos, assinado em 1951. Da mesma forma, nas disputas sobre o Mar da China Meridional, tanto os Estados Unidos quanto o Japão e a Índia tentam internacionalizar a questão com base na Convenção da ONU sobre Direito do Mar, aprovada em 1994, que no caso, segundo a China, nem se aplica, pois o que está disputa não é o direito sobre mar, mas a soberania sobre as ilhas.

## **V. Que ordem global interessa à China?**

O governo chinês tem sido crítico da atual ordem global baseada na disputa de poder entre grandes potências e na busca de hegemonia por um único país. De acordo com sua estratégia de desenvolvimento pacífico, a China tem pregado a necessidade de uma nova ordem global multipolar pacífica, sem disputa por hegemonia. A expressão “mundo harmonioso” tem sido uma constante no discurso da diplomacia chinesa. O título do discurso pronunciado pelo presidente Hu Jintao, por ocasião da comemoração do 60º aniversário da ONU, em setembro de 2005, era “*Construir um mundo harmonioso de paz duradoura e prosperidade comum*” (HU, J., 2005, tradução nossa). No relatório do 18º Congresso Nacional do PCC, realizado em 2012, também se lê exatamente a mesma frase: a China deve “construir um mundo harmonioso de paz duradoura e prosperidade comum” (HUANG; LUAN, 2013, p. 364).

A China também procura deixar claro que se considera um país em desenvolvimento e, como tal, alinha-se aos demais países em desenvolvimento no mundo. De todos os países do

grupo diplomático dos BRICS, a China é, de longe, o que dá mais importância a esse grupo, e não tem poupado esforços para aumentar o seu nível de institucionalidade. A inclusão da África do Sul e a recente criação do Banco dos BRICS, cuja sede fica em Xangai, evidenciam a estratégia chinesa de colocar-se como um país em desenvolvimento e lutar por mudanças, mesmo que marginais, na atual estrutura global de governança, sobretudo financeira, hoje totalmente dominada pelos Estados Unidos e representada pela dupla FMI-Banco Mundial. Jin (2012), por exemplo, afirma:

A China apoia a ideia de que a ordem econômica global deveria ser razoavelmente reformada. Depois da Guerra Fria, a economia mundial estava sendo controlada principalmente pelos países desenvolvidos, e países em desenvolvimento, como a China, têm que se sujeitar a regras feitas por eles em comércio, finanças e tecnologia. A eclosão da crise financeira expôs os defeitos fundamentais do velho sistema econômico, e o mundo clama por reformas racionais. (JIN, 2012, p. 173, tradução nossa).

A criação do Banco dos BRICS e do Banco Asiático de Investimento em Infraestrutura (AIIB) também apontam na mesma direção: o desejo da China de reformar a atual estrutura de governança global, sobretudo a econômica. Como afirma He Yafei (2017, p. 12, tradução nossa):

Novas instituições internacionais iniciadas pela China como o AIIB marcam o começo de uma nova era de governança global. As economias emergentes e os países em desenvolvimento não apenas pedem reformas das instituições de governança da economia mundial existentes, mas também começaram a explorar o estabelecimento de novas instituições financeiras internacionais, as quais irão munir a cooperação Sul-Sul com novas ideias e novos recursos. Mais importante, essas economias e países tem proposto novos conceitos de governança, enfatizando “governança pelo Leste e pelo Oeste no mesmo pé de igualdade”, um novo princípio para a cooperação internacional (HE, 2017, p. 12, tradução nossa).

A estratégia chinesa não tem sido tentar revolucionar o sistema atual ou de criar um sistema alternativo. A China foi a grande ganhadora com o processo de globalização, e o cenário global que mais lhe convém é o de um mundo aberto e integrado. Mas as reformas que a China e demais países em desenvolvimento desejam encontram barreiras poderosas, já que implicariam na mudança de regras que dificilmente os beneficiários da ordem atual estão dispostos a aceitar, sobretudo se consideramos que existem regras legais e regras de fato, e que estas últimas, como afirma Matus (1996), são regras de desigualdade, que beneficiam uns e prejudicam outros, e “naturalmente os que são beneficiados pelas regras vigentes defendem-nas até a morte” (MATUS, 1996, p. 43).



## VI. Referências Bibliográficas

- ANDERLINI, J.; WANG, F.; MITCHELL, T. Xi Jinping delivers robust defense of globalisation at Davos. **Financial Times**, 17 jan. 2017. Disponível em: <<https://www.ft.com/content/67ec2ec0-dca2-11e6-9d7c-be108f1c1dce>>. Acesso em: 14 mar. 2017.
- CHINA DAILY. **Trump playing with fire with his Taiwan game**: China Daily editorial. 15 jan. 2017. Disponível em: <[http://www.chinadaily.com.cn/world/2017-01/15/content\\_27959479.htm](http://www.chinadaily.com.cn/world/2017-01/15/content_27959479.htm)>. Acesso em: 11 mar. 2017.
- DENG, X. **Selected Works of Deng Xiaoping. Vol. I, II, III**. Pequim: Foreign Language Press, 1995.
- ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA. House of Representatives. **The Taiwan relations act: the next twenty-five years**. 2004. Disponível em: <[http://commdocs.house.gov/committees/intlrel/hfa93229.000/hfa93229\\_of.htm](http://commdocs.house.gov/committees/intlrel/hfa93229.000/hfa93229_of.htm)>. Acesso em: 17 mar. 2017.
- HE, J. China and G20. In: Yang, Y. (ed.) **International Economic Issues. The Chinese Approach**. Pequim: Foreign Language Press, 2017.
- HERNÁNDEZ, J. C. China Suspends Diplomatic Contact with Taiwan. **New York Times**, Nova Iorque, 25 jun. 2016. Disponível em: <[https://www.nytimes.com/2016/06/26/world/asia/china-suspends-diplomatic-contact-with-taiwan.html?\\_r=1](https://www.nytimes.com/2016/06/26/world/asia/china-suspends-diplomatic-contact-with-taiwan.html?_r=1)>. Acesso em: 17 mar. 2017.
- HU, J. Build Towards a Harmonious World of Lasting Peace and Common Prosperity. Nova Iorque: Nações Unidas, 2005. Disponível em: <<http://www.un.org/webcast/summit2005/statements15/china050915eng.pdf>>. Acesso em: 20 mar. 2017.
- HUANG, H.; LUAN, J. **The Roadmap of the 18th CPC National Congress and the Chinese Dream**. Pequim: Foreign Language Press, 2013.
- KISSINGER, H. **Sobre a China**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2011.
- JIANG, Z. **Selected Works of Jiang Zemin. Vol. I, II, III**. Pequim: Foreign Languages Press, 2010.
- JIN, C. A Changing Sino-American Relationship in a Changing World. In: HAO, Y. **Sino-American Relations. Challenges Ahead**. Farnham: Ashgate Publishing Limited, 2010.
- JIN, C. **China's Future**. Tradução de Zhou Xinyu. Pequim: China Renmin University Press, 2012.

- MARSHALL, T. **Prisioneiros da Geografia. 10 mapas que explicam tudo o que você precisa saber sobre política global.** Rio de Janeiro: Zahar, 2018
- MATUS, C. **Entrevista com Matus.** O método PES. Franco Uertas. São Paulo: Edições Fundap, 1996.
- MEARSHEIMER, J. J. **The tragedy of great power politics.** Nova Iorque: Norton & Company, 2001. E-Book ISBN: 978-0-393-076-07625-0. Versão Kindle. P. 123.
- NOORANI, A.G. **India-China Boundary Problem 1846-1947. History and Diplomacy.** New Delhi: Oxford University Press, 2011.
- ONUNAIJU, C. **China's struggle for modernization: From Revolution to Reform.** Abuja: Yaliam Press Ltd., 2016.
- REINSCH, W.A. et al. **China Tariffs.** Washington, DC: CSIS – Center for Strategic & International Studies, 16/6/2018. Disponível em: <https://www.csis.org/analysis/china-tariffs>>. Acesso em 26/10/2018.
- SPENCE, J. D. **Em busca da China Moderna.** Quatro séculos de história. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- TAIWAN NEWS. **Trump wants to build luxury hotels in Taiwan's Taoyuan: mayor.** Disponível em: <<http://www.taiwannews.com.tw/en/news/3031091>>. Acesso em: 17 mar. 2017.
- THE ECONOMIST. Briefing: The world trading system. Trade blockage. 21/Jul/2018.
- XI, J. **A governança na China.** Pequim: Editora de Línguas Estrangeiras, 2014.
- ZHU, L. Trump's tariff to hit his re-election flags. In: **China Daily**, 31/7/2018, p. 1

Recebido em: Agosto/2018.

Aprovado em: Outubro/2018.